



Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.

CNPJ nº 20.247.380/0001-70

Relatório da Administração

Prezados Senhores: A Cateno foi criada em fevereiro de 2015 através da associação entre o Banco do Brasil S/A e a Cielo S/A para a exploração das atividades de gestão de contas de pagamento pós-pagas e da funcionalidade de compra via débito. A Companhia tem como propósito ampliar a rentabilidade e as oportunidades de negócios de seus clientes e acionistas, através de soluções funcionais e seguras em meios de pagamento. Pretende, assim, ser referência em inovação e eficiência em um mercado plural, competitivo e em constante evolução, investindo em pessoas, ferramentas e soluções capazes de atender e de surpreender a todos. Estamos muito entusiasmados com o desenvolvimento de nossos negócios e permanecemos otimistas quanto às perspectivas de longo prazo do país, na medida em que vemos diversas oportunidades à nossa frente. A seguir destacamos os pontos mais relevantes no exercício de 2018: **Emissão de cartões pré-pagos e contas eletrônicas de pagamento:** A Cateno tem investido seus esforços no aprimoramento de sua robustez e na diversificação de seu portfólio de produtos e serviços. No segundo semestre de 2018, a Companhia lançou oficialmente a sua operação para a emissão de cartões pré-pagos e contas eletrônicas de pagamento. O novo produto tem como objetivo, oferecer funcionalidades inovadoras através de soluções que podem ser adaptadas às necessidades dos mais variados nichos de

mercado. Entre as principais características, estão: uso internacional; função de recarga; realização de transferências via TED ou DOC; e, ainda, possibilidade de compras e saques em milhares de estabelecimentos credenciados junto à bandeira Elo. Sobre a composição de tarifas, as mesmas variam de acordo com o cliente, porém devem ser consideradas taxas de adesão, inatividade, recarga e saque. Adicionalmente, em novembro de 2018 firmamos o contrato de afiliação nos Arranjos de Pagamento Visa, que possibilitará a emissão de cartões pré-pagos com a bandeira Visa internacional. **Eficiência operacional:** Neste tema, merece menção a parceria com o Banco do Brasil no desenvolvimento e na implementação do projeto "Fatura Digital", que resultou em um importante marco na transformação digital dos clientes do Arranjo Ourocard. Outro importante movimento que ressaltamos foi o ganho de eficiência nos diversos processos da área de Tecnologia de Informação (TI), o que garantiu um aprimoramento no volume de transações processadas. **Mudança de regras nos cartões de débito:** A circular 3.887, emitida pelo Banco Central do Brasil em 26 de março de 2018, estabeleceu limites máximos para a tarifa de intercâmbio nos arranjos de pagamento domésticos, de compra e de conta de depósito à vista (função débito), que passaram a ser válidos a partir de 01/10/2018. Assim, nos arranjos de pagamento, ficaram estabelecidos os seguintes limites má-

ximos relativos à tarifa de intercâmbio: I - 0,5% para a média da tarifa de intercâmbio, ponderada pelo valor das transações; e II - 0,8% como valor máximo a ser aplicado em qualquer transação. § 1º A média ponderada pelo valor das transações, de que trata o inciso I, será calculada em bases trimestrais, de acordo com o ano-calendário. Apesar da mudança na regulação do intercâmbio na modalidade de cartão de débito, que impactou toda indústria e gerou uma redução em nossa receita líquida no último trimestre de 2018 em R\$ 73,1 milhões de reais, nossa receita líquida de 2018 comparada com 2017 aumentou em R\$ 82,9 milhões ou 3,19%. **Certificação PCI DSS:** A Cateno obteve excelência em todos os processos de segurança da informação que envolvem o uso de dados de portadores do cartão, com a finalização do processo de certificação PCI DSS ("Payment Card Industry Data Security Standards ou Padrão de segurança dos dados da indústria de cartões de pagamento") com data de emissão em janeiro de 2019. O PCI DSS é um certificado internacional, focado na segurança dos dados financeiros das transações realizadas com cartão de crédito e, aplicado a qualquer negócio que processa, armazena ou transmite dados dos portadores de cartões, trazendo redução nos custos legais, cumprimento de normas e segurança ao cliente.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)		
Ativo	2018	2017
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	1.922.776	1.565.676
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 6)	466.744	422.740
Outros valores a receber	141	132
Tributos a recuperar	19	82
Despesas antecipadas	886	2
	2.390.566	1.988.632
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9)	97.132	99.482
Imobilizado (Nota 7)	3.533	967
Intangível (Nota 8)	10.098.423	10.479.711
	10.199.088	10.580.160
Total do ativo	12.589.654	12.568.792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)						
	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva de lucros	Lucros acumulados
Saldos em 31 de dezembro 2016	414.000	11.572.000	22.187	95.375	79.118	12.182.680
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	686.141
Distribuição adicional de dividendos	-	-	-	-	(79.118)	(79.118)
Antecipação de dividendos	-	-	-	-	-	(605.766)
Destinação de lucros para reserva de transição	-	-	-	28.825	-	(28.825)
Reserva de lucros	-	-	-	-	51.550	(51.550)
Saldos em 31 de dezembro 2017	414.000	11.572.000	22.187	124.200	51.550	12.183.937
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	717.566
Distribuição adicional de dividendos	-	-	-	-	(51.550)	(51.550)
Antecipação de dividendos	-	-	-	-	-	(643.604)
Destinação de lucros para reserva de transição	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	73.962	-
Saldos em 31 de dezembro 2018	414.000	11.572.000	22.187	124.200	73.962	12.206.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ("Cateno" ou "Companhia"), com sede em Barueri, Estado de São Paulo, foi constituída em 27 de fevereiro de 2015, com a contribuição da expertise em meios de pagamentos detida pelos seus sócios Banco do Brasil S.A. ("BB") e Cielo S.A. ("Cielo"). Foram firmados os documentos que concluíram a formação da associação entre Cielo e a BB Elo Cartões Participações S.A. ("BB Elo Cartões"), subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., para a criação da Cateno - Gestão de Contas de Pagamento S.A. ("Cateno"), cujo objetivo inicial foi gerir as transações oriundas do Arranjo de Pagamento Ourocard ("Arranjo Ourocard") nas operações de cartões de crédito e débito, gestão de contas de pagamento, apoio ao gerenciamento e controle da segurança das transações, o pagamento de tarifas às bandeiras e arranjos de pagamentos, e outros serviços correlatos, conforme autorização prévia concedida pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e Banco Central do Brasil, nos termos da Resolução nº 4.062/12 e da Lei nº 12.865/13. Após publicação da Circular nº 3.885 em 26 de março de 2018, permitiu à Cateno ser uma Instituição de Pagamento Emissora, podendo participar de arranjos de pagamentos. A Cateno tem o seu capital social detido na proporção de 70% pela Cielo e de 30% pela BB Elo Cartões, sendo que, para a formação da associação, a BB Elo Cartões aportou ativos intangíveis relacionados ao Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto que a Cielo aportou R\$8,1 bilhões na operação. O montante aportado pela Cielo é composto por: (i) R\$ 3,5 bilhões oriundos da primeira, segunda e terceira emissões de debêntures simples, em série única, da espécie quirográfrica, não conversíveis em ações, de distribuição privada, e (ii) R\$4,6 bilhões referentes ao pagamento, por conta da BB Elo Cartões, dos tributos incidentes sobre a operação. O Arranjo Ourocard consiste no conjunto de regras e procedimentos que disciplina a prestação de serviços de pagamento ao público relacionado às transações de compras dos cartões de crédito e débito emitidos pelo BB com as bandeiras Visa, Mastercard, American Express e Elo, excluindo-se cartões relacionados aos negócios pré-pagos, soluções de meios de pagamento fornecidas a entes governamentais e cartões private label emitidos no âmbito de parcerias atuais firmadas pelo BB com varejistas. Dentre as atividades desenvolvidas pela Cateno, destacam-se a operação e gestão de contas de pagamento envolvendo cartões de crédito, débito e múltiplos, de bandeiras privadas e pré-pagos (não incluindo a administração de cartões de crédito); execução dos processos de produção das faturas e outros documentos vinculados às contas de pagamento e/ou referentes à comunicação; postagem e envio físico e/ou eletrônico aos usuários finais pagadores; execução do suporte técnico para atendimento às demandas dos usuários finais pagadores; execução do suporte técnico aos canais de atendimento dos emissores dos instrumentos de pagamento; execução do processo de risco operacional das transações de pagamento, incluindo, mas não se limitando ao acompanhamento e monitoramento de transações com indicio ou alegação de fraude e execução e cooperação com o instituidor do arranjo de pagamento do processamento, manutenção e desenvolvimento de TI envolvendo os sistemas relacionados à gestão de pagamento. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram preparadas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **a. Demonstrações contábeis:** As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 26 de fevereiro de 2019. **b. Normas e interpretações novas emitidas e ainda não adotadas:** Os respectivos pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) em vigor são: • **CPC 48 - Instrumentos Financeiros** - Introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 01/01/2018). A Companhia não teve efeitos significativos na adoção desta norma nas Demonstrações Contábeis. • **CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes** - Introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 01/01/2018). Após as análises realizadas, a Companhia não teve efeitos significativos da adoção desta norma nas Demonstrações Contábeis, uma vez que, as receitas provenientes de contratos com clientes já são registradas deduzidas de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos. • **CPC 06 - Arrendamento Mercantil** - Introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 01/01/2019). A Companhia não tem efeitos significativos na adoção desta norma nas Demonstrações Contábeis. **2.2 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3 Caixa e equivalentes**

tes de caixa: Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, incluem contas bancárias em moeda nacional, em moeda estrangeira, e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor justo, sendo demonstrados pelo valor justo. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como instrumentos financeiros, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício. A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5. **2.4 Ativos financeiros: Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de recebíveis ou mensurados ao valor justo através do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **a. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável. Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber". **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. **b. Redução ao valor recuperável dos ativos - impairment:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadiplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não identificou evidências de perda por impairment para um ativo ou grupo de ativos financeiros. **2.5 Partes relacionadas: Classificação e Mensuração:** **a. Ativo:** As transações com partes relacionadas referem-se aos valores correspondentes à taxa de intercâmbio sobre a captura das transações com cartões de débito e crédito do arranjo de pagamentos Ourocard, mensurados ao valor da prestação de serviços contratualmente acordada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **b. Passivo:** As contas a pagar com partes relacionadas são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **2.6 Tributos a recuperar:** Os tributos a recuperar compõem-se, preponderantemente de imposto de renda retido na fonte e antecipação do imposto de renda e da contribuição social por estimativa. **2.7 Imobilizado:** O imobilizado é mensu-

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2018	2017
Receita operacional (Nota 13)	2.677.329	2.594.451
Custo dos serviços prestados	(1.645.525)	(1.629.949)
Lucro bruto	1.031.804	964.502
Despesas Gerais e administrativas (Nota 14)	(57.960)	(50.390)
Lucro operacional	973.844	914.112
Resultado financeiro (Nota 15)	109.364	125.629
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.083.208	1.039.741
Imposto de renda e contribuição social	(365.642)	(353.600)
Correntes (Nota 9)	(363.292)	(373.880)
Diferidos (Nota 9)	(2.350)	20.281
Lucro líquido do exercício	717.566	686.141
Lucro por ação	0,06	0,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	717.566	686.141
Outros Resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	717.566	686.141

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais	717.566	686.141
Lucro líquido	717.566	686.141
Ajustes por:		
Amortizações e depreciações	386.376	386.011
Provisão para imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(13.725)	84.078
Diferido	2.350	(20.281)
Outros impostos a recolher	23.482	11.092
	1.116.049	1.147.041

	2018	2017
(Acréscimo) Decréscimo de ativos		
Contas a receber - partes relacionadas	(43.990)	(61.818)
Tributos pagos	(6.930)	(41.173)
Outros valores a receber	(23)	(132)
Despesas antecipadas	(885)	848
Acréscimo (Décrécimo) de passivos		
Fornecedores	1.833	1.072
Contas a pagar - partes relacionadas	(11.769)	56.970
Obrigações trabalhistas	1.525	3.220
Demandas judiciais	2.447	1.702
Outras obrigações	1.651	-
	(56.141)	(39.311)

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais

1.059.908 1.107.730

Fluxos de caixa das atividades de investimento

Aquisição de ativo imobilizado e Intangível **(7.654) (780)**

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

(7.654) (780)

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Distribuição adicional de dividendos **(51.550) (79.118)**

Antecipação de dividendos **(643.604) (605.766)**

Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento

(695.154) (684.884)

Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa **357.100 422.066**

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício **1.565.676 1.143.610**

Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício **1.922.776 1.565.676**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

radado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. A depreciação do ativo é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada em anos. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **2.8 Ativos intangíveis:** O ativo intangível é um bem incorpóreo resultante da avaliação econômico-financeira sobre o negócio do arranjo dos meios de pagamento do cartão Ourocard, conforme descrito na nota explicativa do contexto operacional. Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **2.9 Fornecedores:** As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.10 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:** A provisão para imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. **2.11 Benefícios a funcionários: Previdência Complementar:** Refere-se a valores que a Companhia é copatrocinadora de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos aos planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados. **Participação nos lucros e bônus:** A Companhia concede participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social. **2.12 Provisão para riscos:** As provisões que envolvem processos tributários estão constituídas por valor equivalente à totalidade dos tributos em discussão judicial, atualizados monetariamente, sendo computados os juros moratórios como se devidos fossem, até as datas dos balanços. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos

continua ->

continuação **Notas explicativas às demonstrações contábeis da Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. - CNPJ nº 20.247.380/0001-70 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Nota 11). **2.13 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela intermediação do arranjo dos meios de pagamento Ourocard. A receita é apresentada na captura/processamento das transações com cartões de crédito e de débito e líquida dos impostos, cancelamentos, abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. **2.14 Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.15 Distribuição de lucros:** A proposta de distribuição de lucros para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo circulante na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às informações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas informações contábeis, é registrada na rubrica "Reservas de lucros", no patrimônio líquido, até sua deliberação com base no estatuto social da Companhia (Nota 12.5). **3. Estimativas e julgamentos contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia, as estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes podem não ser iguais aos respectivos resultados reais. As principais estimativas existentes se referem a contas a pagar com partes relacionadas, imposto de renda e contribuição social diferidos. **4. Gestão de risco: 4.1 Fatores de risco:** A gestão de risco é realizada pela tesouraria, segundo as políticas aprovadas pela administração. A tesouraria identifica, avalia e protege a

Companhia contra eventuais riscos financeiros. **a. Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como exposições de crédito junto ao Banco do Brasil em aberto. Para bancos e instituições financeiras, os limites de depósitos e aplicações financeiras são definidos pela diretoria financeira. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência da referida contraparte. **b. Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pelos profissionais de finanças. Os profissionais de finanças monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é mantido na própria Companhia, mas gerenciado pelos profissionais de finanças. A Companhia investe o excesso de caixa em aplicações financeiras, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **4.2 Gestão de capital:** O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é o de salvaguardar a sua capacidade de continuidade e oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital enxuta visando a eficiência operacional e consequentemente a redução dos custos. **5. Caixa e equivalentes de Caixa:**

	2018	2017
Caixa e bancos	3.118	10
Aplicações financeiras:		
Operações Compromissadas - Debêntures	-	378.196
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	248.359	23.235
Letras Financeiras	88.281	-
Fundos de Investimentos	1.583.018	1.164.145
Total	1.922.776	1.565.676

11. Contingências fiscais: No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houveram contingências cíveis e trabalhistas de nenhuma espécie. A Companhia possui ações para as quais constitui provisão em montante considerado suficiente para contingências fiscais, referente ao objeto da exclusão do valor correspondente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) da base de cálculo das contribuições devidas ao Programa de Integração Social (PIS) e ao Financiamento da Seguridade Social (COFINS), forma do artigo 151, IV, do Código Tributário Nacional, que correspondem ao período de setembro de 2017 a dezembro de 2018.

	2018	2017
Pis - Mandado de segurança	722	302
Cofins - Mandado de segurança	3.324	1.391
Atualização ISS Selic - Mandado de segurança	103	9
Total	4.149	1.702

12. Patrimônio líquido: 12.1 Capital social: O capital social é de R\$ 414.000.000,00 (quatrocentos e quatorze milhões de reais), dividido em 11.986.000.000 ações, todas nominativas e sem valor nominal, das quais (i) 10.787.400.000 são ações ordinárias e (ii) 1.198.600.000 são ações preferenciais Classe C. O capital social está representado por 70% Cielo S.A. e 30% BB Elo Cartões. **12.2 Reserva de capital:** Está representada pelo montante relativo ao ajuste do valor econômico do intangível baseado em laudo de avaliação elaborado por empresa de consultoria especializada (Nota 8). **12.3 Reserva de lucros - legal:** Está representada pelo montante constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **12.4 Reserva Estatutária:** Está representada pela aplicação dos percentuais sobre as despesas anuais da Companhia, que não excederá 30% (trinta por cento) do capital social nos termos do artigo 27 do estatuto social. Para este exercício de 2018, não constituímos a reserva estatutária em razão das deduções dos lucros dos exercícios anteriores atingir o limite máximo permitido pelo estatuto. **12.5 Distribuição de lucros:** Os dividendos intercalares são distribuídos mensalmente na proporção da respectiva participação acionária no capital social, após apuração do balancete, nos termos do artigo 27, parágrafo 4º do estatuto social da Companhia. Os dividendos intercalares distribuídos serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios e ao dividendo adicional referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	717.566	686.141
Reserva estatutária	-	(28.825)
Antecipação de dividendos	(643.604)	(605.766)
Dividendos a distribuir	(a) 73.962	(b) 51.550

(a) O lucro remanescente de 2018, após a antecipação dos dividendos será distribuído após aprovação do Conselho de Administração e Assembleia Geral Ordinária da Companhia (artigo 132, II da LSA) ("AGO"). (b) O montante refere-se ao lucro de 2017 que foi distribuído em 13 de março de 2018, após aprovação do Conselho de Administração.

	2018	2017
Receita de Intercâmbio	3.032.560	2.914.518
Impostos sobre serviços	(355.231)	(320.067)
Total	2.677.329	2.594.451

	2018	2017
Despesas com fraudes (a)	31.178	33.514
Despesas administrativas	26.782	16.876
Total	57.960	50.390

(a) São despesas decorrentes de perdas com fraudes com cartões de débitos e créditos, que foram outorgados do arranjo de pagamento Ourocard, conforme previsto no acordo de receita e despesas com o Banco do Brasil.

	2018	2017
Receita financeira	116.580	133.192
Pis e Cofins (a)	(5.421)	(6.137)
Despesas financeiras	(1.795)	(1.426)
Total	109.364	125.629

(a) São despesas de Pis e Cofins sobre receitas financeiras auferidas pela Sociedade, sob as alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, conforme disposições do Decreto nº 8.426/15, com vigência a partir de 01/07/2015.

16. Outras informações: 16.1 Mudança de regra no cartão de débito: Regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN): Em razão da Circular nº 3.885, publicada em 26 de março de 2018, que autorizou as instituições de pagamento realizarem prestação de serviços até os limites de até R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) em transações de pagamento; ou R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) em recursos mantidos em conta de pagamento pré-paga, ao atingir um dos limites mencionados, a companhia deve protocolizar junto ao Banco Central do Brasil (BACEN) autorização para funcionar como instituidor de pagamento. Em adição às demonstrações contábeis, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia estará sujeita a divulgar também, a partir da autorização a ser concedida pelo órgão regulador, as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com o conjunto de critérios, procedimentos e regras contábeis consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. A Administração está tomando as providências necessárias e realizando adequações visando estar em plena conformidade com a recente regulamentação.

16.2 Instrumentos financeiros derivativos: A Cateno não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. **16.3 Lei Complementar:** Após alterações da Lei Complementar nº 157/2016, em maio de 2017, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS") passa a ser devido pelas administradoras de cartão de crédito ou débito no município onde os estabelecimentos comerciais, tomadores dos serviços relativos a meios de pagamento, estão domiciliados. A Companhia provisionou até março de 2018 o ISS, devido à insegurança jurídica no tema, com base em um estudo interno, considerando as principais capitais, em uma alíquota média de 4,23% e inclusive atualização via Selic. No dia 23 de março de 2018, o STF concedeu liminar na análise da ação direta de inconstitucionalidade (Adin) nº 5.835, suspendendo a Lei 157/2016, até o julgamento no plenário em caráter de prioridade. A liminar suspendeu também a aplicação de qualquer legislação municipal editada para regulamentar a lei federal. Diante deste contexto, restaurando os dispositivos originais da LC 116/03, o ISS voltou a ser devido ao município onde está localizado o estabelecimento do prestador, e a Cateno passou a recolher o imposto para Barueri a partir de Abril de 2018. Em paralelo o Projeto de Lei Complementar nº 461/17 que dispõe sobre o sistema eletrônico de padrão unificado - DPI, que ajudará aos contribuintes no cumprimento da Lei, encontra-se na Câmara para votação.

a) Saldo patrimonial e composição da carteira por categoria e prazos:

	Taxa %CDI	Faixa de vencimento			31/12/2018	31/12/2017	
		Indeterminado	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	Total	Total
Mantidos para negociação							
Títulos privados							
CDBs	101,2% a 111,0%	-	47.665	182.525	18.169	248.359	23.326
Debêntures	-	-	-	-	-	-	378.196
Fundo de investimentos	100,0% a 103,0%	1.583.018	-	-	-	1.583.018	1.164.145
Letras financeiras	102,5% a 105,0%	-	17.687	-	70.594	88.281	-
Total		1.583.018	65.352	182.525	88.763	1.919.658	1.565.667

O saldo das aplicações financeiras são mantidos e registrados pelo valor de realização, podendo ser resgatados a qualquer momento pela Companhia, garantindo liquidez imediata.

	2018	2017
Banco do Brasil Amplo FI RF	-	227.849
Banco do Brasil Coral Fundo RF LP	852.432	548.003
Bradesco Fundo RF DI Privado Pegasus	730.586	388.293
Total	1.583.018	1.164.145

Os Fundos de investimentos BB Coral e Pegasus são restritos aos cotistas com vínculo societário e o fundo Amplo destina-se a investidores de mercado, todos com liquidez diária e têm como objetivo a rentabilização do caixa da Companhia acima do CDI. As cotas dos fundos estão sujeitas às oscilações positivas e negativas de acordo com os ativos integrantes de sua carteira, que é composta em sua totalidade por títulos de renda fixa, que apresenta conversibilidade imediata.

	2018	2017
Contas a Receber - comissão sobre intercâmbio	466.744	422.740
Banco do Brasil	-	-
Total	466.744	422.740

	2018	2017
Passivo circulante		
Contas a pagar - ressarcimento de despesas Banco do Brasil	277.909	289.688
Contas a pagar - ressarcimento de custos Cielo	60	50
Total	277.969	289.738

6.1 Contas a receber: Comissão sobre intercâmbio: Correspondem aos valores a receber relativos à comissão de intercâmbio sobre o arranjo dos meios de pagamento Ourocard conforme descrito no "Acordo de Receitas e Despesas" firmado com o Banco do Brasil S.A. **Compartilhamento de custos:** Correspondem ao reembolso de despesas entre a Companhia e as empresas acionistas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **6.2 Contas a pagar:** As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços conforme previsto no "Acordo de Receitas e Despesas" firmado com o Banco do Brasil S.A. para garantir a operação do arranjo dos meios de pagamento Ourocard, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	Máquinas e Equipamentos					Total
	Instalações de dados	Equipamentos de Telecom	Móveis e Utensílios	Equipamentos	Equipamentos	
Saldos em 31/12/2015	78	28	280	60	1170	
Aquisições	7	43	280	60	1170	
Depreciação (107)	(1)	(10)	(17)	(4)	(139)	
Saldos em 31/12/2016	673	61	263	56	1059	
Aquisições	12	10	83	-	65	
Depreciação (197)	(3)	(24)	(28)	(10)	(262)	
Saldos em 31/12/2017	488	13	120	235	111	
Aquisições	2.420	46	273	153	3.000	
Depreciação (318)	(7)	(60)	(34)	(15)	(434)	
Saldos em 31/12/2018	2.590	521	333	354	204	

8. Intangível: O ativo intangível refere-se aos direitos de exploração no âmbito do Arranjo de Pagamentos Ourocard e foi objeto de avaliação econômico-financeira por consultoria especializada através de laudo, calculado um intervalo referente ao valor econômico dos "direitos outorgados", elaborado com base na projeção de resultados futuros das atividades, por meio do "Fluxo de Caixa Descontado", o qual foi avaliado em R\$ 11.572 milhões pelo prazo de vida útil de 30 anos, com amortização de forma linear. A vida útil e o método de amortização são revisados anualmente. (Nota 2.8). A composição dos intangíveis está apresentada a seguir:

	Taxa anual amortização - %	31/12/2017	Adições	Amortizações	31/12/2018
Direitos de exploração - Ourocard	3,33	10.479.089	-	(385.733)	10.093.356
Software	20	622	775	(209)	1.188
Desenvolvimento de softwares	-	3.806	-	-	3.806
Marcas e patentes	-	73	-	-	73
Total		10.479.711	4.654	(385.942)	10.098.422

9. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido: A Cateno adota o procedimento de reconhecer créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social sobre diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os valores desses tributos diferidos são os seguintes:

	2018	2017
Diferenças temporárias apuradas	285.682	292.594
Provisões ressarcimento de despesas	272.927	285.628
Outras provisões	12.755	6.966
IR (25%)	71.421	73.149
CS (9%)	25.711	26.333
Total	97.132	99.482

O imposto de renda e a contribuição social foram calculados pela taxa nominal de 34%, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.083.208	1.039.741
Imposto de renda e contribuição social pela taxa nominal 34%	368.291	353.512
Adicional do IR	(24)	(24)
Outras adições	365.267	353.488
(-) Exclusões	(99.562)	(79.335)
(Dedução) Incentivos Fiscais	363.292	373.880
IRPJ e CS a pagar	(7.980)	(4.844)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	355.312	369.036
Alíquota efetiva	34%	34%

10. Tributos e impostos a recolher: A partir de 2018, após alterações da Lei Complementar nº 157/16, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS") passou a ser devido no município onde os estabelecimentos comerciais, tomadores dos serviços relativos a meios de pagamento, estão domiciliados. Em março de 2018, a eficácia do 1º artigo da Lei Complementar nº 157/16 foi suspensa em decorrência de liminar deferida pelo STF e o restabelecimento da legislação anterior, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, voltou a recolher o ISS no município em que está domiciliada.

	2018	2017
ISS a recolher (a)	37.677	5.688
Cofins a recolher	12.034	17.817
Pis a recolher	2.592	3.849
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações	34.245	56.536
Outros impostos a pagar	437	322
Total	86.975	84.212

(a) Provisionamos até março de 2018 o ISS, devido a insegurança jurídica no tema, com base em um estudo interno, considerando as principais capitais, em uma alíquota média de 4,23% e inclusive atualização via Selic.

Diretoria			
Paulo Rogério Caffarelli - Presidente	Fábio Pacini Hernandes - Diretor Financeiro	Fábio Cristiano Danin Euzebio - Diretor Operações/TI	Sandro Miceli Pina - Contador - CRC 1SP-220.299/O-0

Conselho de Administração			
Paulo Rogério Caffarelli	Pedro Gomide Margon Netto Faiad	Wagner Aparecido Mardegan	Rogério Magno Panca

Aos Senhores Acionistas da Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. Os membros do Conselho Fiscal da Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A., no exercício de suas atribuições legais, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e à vista do relatório da KPMG Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, opinando por sua aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Resumo do relatório do comitê de auditoria - exercício 2018		
Rafael Danilowski Fratantonio - Presidente do Conselho Fiscal	Eduardo Gonçalves Chaves - Membro do Conselho Fiscal	Márvio Melo Freitas - Membro do Conselho Fiscal

1. Atribuições e Responsabilidades: O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ("Companhia") é um órgão estatutário de funcionamento permanente que visa assessorar o Conselho de Administração com independência em relação à Diretoria e demais profissionais da Companhia. Nos termos da versão vigente do Regimento Interno do Comitê, aprovada em 16 de junho de 2016 ("Regimento Interno"), o Comitê é composto por 04 (quatro) membros, dos quais 2 (dois) foram indicados pela acionista Cielo S.A. ("Cielo") e 2 (dois) foram indicados pela acionista BB Elo Cartões Participações S.A., com mandato unificado de 2 (dois) anos e permitida a reeleição, sendo seu coordenador preferencialmente integrante do Conselho de Administração. Parte dos membros pertencentes ao quadro atual do Comitê foram eleitos pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 30 de maio de 2017 e parte eleitos em 26 de fevereiro de 2019, todos com mandato unificado até a primeira reunião a ser realizada pelo Conselho de Administração imediatamente após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que eleger os membros do Conselho de Administração em 2019. Os administradores da Companhia são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivos e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares. A auditoria independente da Companhia, realizada atualmente pela KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), é responsável pelo exame das demonstrações contábeis da Companhia com vistas a emitir relatório conten-

do opinião sobre sua aderência às normas aplicáveis, pelo planejamento e execução das auditorias conforme normas reconhecidas. **2. Principais atividades desenvolvidas pelo Comitê:** As avaliações do Comitê estão fundamentadas nas informações prestadas pela Administração, auditores independentes, responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos da Companhia, bem como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. No exercício de 2018, o Comitê realizou 04 (quatro) sessões ordinárias e 01 (uma) sessão extraordinária, reunindo-se com a área de riscos e compliance, controles internos, auditores independentes, além de diretores e executivos de outras áreas da Companhia. Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar as seguintes: **a)** a análise do relatório da auditoria externa da companhia referente ao período findo em 31 de dezembro de 2017 com apresentação da auditoria externa acerca de sua abordagem e principais assuntos analisados; **b)** o relatório da administração e demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2017; **c)** o relatório anual do comitê de auditoria referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e do respectivo relatório anual resumido; **d)** a proposta de honorários da auditoria independente para o exercício de 2018; **e)** o status das ações necessárias para adequação da companhia aos requisitos do Bacen referentes às instituições de pagamento; **f)** o status do processo de gestão integrada de riscos; **g)** os resultados econômico-financeiros da companhia referentes aos 1º, 2º e 3º trimestres - 2018 e apresentação da auditoria independente sobre tra-

balhos realizados nos referidos trimestres. **3. Demonstrações Contábeis Anuais de 2018:** Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, realizaram o exame e análise das demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório anual da Administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 ("Demonstrações Contábeis Anuais de 2018"). Tendo em vista as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG, bem como as atividades desempenhadas e acompanhadas pelo Comitê durante o exercício de 2018, os membros do Comitê opinam, por unanimidade, que as Demonstrações Contábeis Anuais de 2018 refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e recomendam a aprovação das Demonstrações Contábeis Anuais de 2018 pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas para deliberação, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Resumo do relatório do comitê de auditoria - exercício 2018		
Marlos Valeriano Borges - Coordenador do Comitê de Auditoria	Armstrong Luiz de Moura - Membro do Comitê de Auditoria	Marcelo de Giuseppe Toniolo - Membro do Comitê de Auditoria
Maximiliano da Silva de Jesus - Membro do Comitê de Auditoria		



☆ continuação	Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	
<p>Aos Conselheiros, Acionistas e Administradores da Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. - São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração,</p>	<p>somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não</p>	<p>deteção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>São Paulo, 26 de fevereiro de 2019</p> <div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: center;"> <div data-bbox="1292 809 1580 900" style="text-align: center;">  <p>KPMG KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6</p> </div> <div data-bbox="1640 856 1892 900" style="text-align: right;"> <p>João Paulo Dal Poz Alouche Contador CRC 1SP245785/O-2</p> </div> </div>